

Edição de 9 de maio de 2023



#### Nesta edição:

- Câmara aprova Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul (PDL 164/2022)
- Câmara aprova Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul (PDL 928/2021)
- Câmara aprova Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica -Mercosul e Colômbia
- Senado Federal aprova proposição sobre vedação da incidência do ICMS nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular (PLS-C 332/2018)
- Câmara dos Deputados aprova o Inventário Nacional de Substâncias Químicas (PL 6120/2019)
- CICS realiza audiência pública sobre principais diretrizes para a reindustrialização do País diante da nova economia e da descarbonização da matriz produtiva
- Grupo de Trabalho debate a transformação digital da administração pública brasileira

### Câmara aprova Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o **Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul** (PDL 164/2022).

O projeto integra a Agenda Legislativa da Indústria 2023.

O AFC do Mercosul avança de forma positiva no sentido de desburocratizar, reduzir custos e ampliar o fluxo de comércio no âmbito do Mercosul. **O texto aprovado tem potencial de reduzir o prazo para liberação de mercadoria** que, segundo relato dos exportadores, pode chegar a 30 dias na Argentina e no Paraguai e 20 dias no Uruguai.

O Acordo pode também aumentar a transparência no bloco. Mais de 50% dos exportadores afirmam que a falta de transparência e de informações sobre taxas, encargos e alíquotas no site oficial é o principal problema relacionado à divulgação de informações no Mercosul.

Além de maior previsibilidade às operações de comércio exterior na região, as taxas estatísticas e consulares nos países do Mercosul serão eliminadas e os exportadores brasileiros deixarão de pagar 2,5% nas vendas para a Argentina e 5% para o Uruguai: uma redução de cerca de US\$ 500 milhões com o pagamento de taxas para comércio com esses países.

A matéria segue para revisão do Senado Federal.

#### Câmara aprova Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PDL 928/2021, que estabelece regras de comércio relacionadas a compras governamentais, com tratamento igualitário entre empresas nacionais e estrangeiras, transparência de informações e fim de barreiras para participação de empresas estrangeiras em licitações e concessões.

Além disso, o protocolo estabelece compromissos de aberturas de mercados nos países, com listas específicas de entidades, bens e serviços. No Brasil, por exemplo, são excluídas do acordo as compras de medicamentos pelo SUS e as compras do setor de defesa.

Atualmente, países do Mercosul podem impor barreiras para participação de empresas estrangeiras em licitações. Argentina, Uruguai e Paraguai têm margens de preferência contra importados em compras públicas que podem chegar a 20%.

O protocolo permite também a abertura de um mercado de compras públicas estimado em US\$ 85,9 bilhões, com 229 entidades estatais – e, ainda, é base para as negociações em compras públicas do Mercosul em andamento com a União Europeia (UE), a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA na sigla em inglês *European Free Trade Association*) e o Canadá, por exemplo.

O projeto integra a **Agenda Legislativa da Indústria 2023**.

A matéria segue para revisão do Senado Federal.

## Câmara aprova Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica - Mercosul e Colômbia

O **Protocolo de Serviços Mercosul-Colômbia**, aprovado pela Câmara dos Deputados, é o próximo passo da integração econômica entre Brasil e Colômbia. O comércio de bens já é regulamentado pelo ACE 72.

A entrada em vigor do protocolo irá beneficiar o ambiente de negócios na Colômbia para o setor privado brasileiro, promovendo maior acesso ao mercado colombiano de

### prestação de serviços em condições de concorrência internacional mais bem equalizadas.

Em destaque as cláusulas que asseguram (i) a abertura recíproca do comércio de serviços, com anexos específicos para serviços financeiros, telecomunicações e de pagamentos e transferência de capital; (ii) a cooperação regulatória para que regulamentações domésticas não constituam barreiras desnecessárias ao comércio de serviços; e (iii) melhores condições de acesso, permanência e movimentação de prestadores de serviços estrangeiros.

A matéria seque para apreciação do Senado Federal.

# Senado Federal aprova proposição sobre vedação da incidência do ICMS nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular

O Senado aprovou o **PLS-C 332/2018**, que trata da vedação da incidência do ICMS nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular. O assunto foi priorizado na Agenda Legislativa da Indústria de 2023 por meio do **PLP 148/2021**.

A **CNI apoiava o texto do substitutivo aprovado na CAE**, que fazia essenciais alterações na Lei Kandir para garantir a manutenção integral do crédito nas referidas transferências. Contudo, o parecer aprovado em Plenário sofreu alterações e representa risco de limitação de aproveitamento de crédito na transferência.

A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

#### Câmara dos Deputados aprova o Inventário Nacional de Substâncias Químicas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (**CCJC**) da Câmara dos Deputados aprovou, em **caráter conclusivo**, o **PL 6120/2019**, que estabelece as **regras para a implantação do Inventário Nacional de Substâncias Químicas**.

Previsto em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no campo da segurança química, a matéria, que faz parte da **Agenda Legislativa da Indústria 2023**, permitirá uma adequada gestão e controle de substâncias químicas no país, de acordo com suas características e as indicações das análises de riscos.

O texto aprovado adequa o modelo de gestão às características do mercado e do setor químico nacional e foi construído com ampla participação das entidades representativas do setor.

A proposição, salvo apresentação de recurso de apreciação em Plenário, segue para a análise do Senado Federal.

CICS realiza audiência pública sobre principais diretrizes para a reindustrialização do País diante da nova economia e da descarbonização da matriz produtiva

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública para discutir diretrizes para a reindustrialização do País diante da nova economia e da descarbonização da matriz produtiva.

O debate atende a requerimento do **Deputado Heitor Schuch (PSB-RS)**, que preside a Comissão

A audiência contou com a participação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), entre outros convidados.

**Samantha Ferreira e Cunha**, Gerente de Política Industrial da **CNI**, apresentou a importância do desenvolvimento econômico para a inovação da indústria. Defendeu a necessidade de uma estratégia de adaptação ao novo contexto global. Destacou que as políticas industriais contemporâneas devem levar em conta as transformações digitais, o contexto geopolítico, a necessidade de combater a crise climática e o imperativo da descarbonização dos processos produtivos.

Essa estratégia passa por iniciativas como a adequação da infraestrutura produtiva à digitalização e à transição energética, ampliação do apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e redução do "Custo Brasil" pela melhoria do ambiente de negócios.

Nesse sentido, tratou da proposta de política industrial, que é estruturada em **quatro grandes eixos detalhados no Plano de Retomada da Indústria proposto pela CNI**. O Plano reafirma que a revitalização da indústria nacional é **urgente** e que a adoção de medidas para que o motor do desenvolvimento econômico volte a funcionar como o esperado é fundamental, principalmente em meio às significativas mudanças no contexto geopolítico e às grandes tendências que desafiam o Brasil e o mundo.

As quatro missões de política industrial para retormar o crescimento do país são:

- 1. Descarbonização;
- 2. Transformação digital;
- 3. Saúde e segurança sanitária; e
- 4. Defesa e segurança nacional.

Nesse cenário, os princípios que norteiam as missões são:

- Adequar da infraestrutura produtiva às megatendências internacionais, como a digitalização e o combate às mudanças climáticas, a descarbonização da economia, a transição energética, além da segurança sanitária, alimentar e cibernética;
- Ampliar medidas de apoio ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;
- Antecipar medidas para reduzir o Custo Brasil e melhorar o ambiente de negócios, com iniciativas para atrair e intensificar investimentos em infraestruturas econômicas, sociais e digitais;
- Avançar no processo de integração internacional, com foco na ampliação de oportunidades para o aumento da produção e da exportação brasileira e a inserção competitiva de nossas empresas em cadeias globais de valor; e
- Fortalecer e universalizar as ações direcionadas à formação de recursos humanos qualificados em todos os níveis.

### Grupo de Trabalho debate a transformação digital da administração pública brasileira

O **Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização**, coordenado pelo Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) e relatado pelo Deputado Julio Lopes (PP/RJ), reuniu-se hoje para tratar da **transformação digital da administração pública brasileira**.

**Luigi Nese**, Presidente da **Confederação Nacional de Serviços (CNS)**, iniciou o debate destacando que o setor de serviços de tecnologia da informação (TI) possui problemas em relação à falta de mão de obra e profissionais qualificados, além de ser um setor dinâmico, que tende a crescer e precisa ser preservado. Abordou também assuntos como desoneração da folha e Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF).

**Felipe Lopes de Castro Albuquerque**, Gerente Executivo de Inovação em Tecnologia da **Confederação Nacional do Transporte (CNT)**, informou que a entidade investe em processos de inovação, em plataformas de educação à distância com curso regulamentados, atendimentos via *chatbot*, plataformas para oferta de serviços e de cursos **SEST-SENAT**, bem como em processos internos com **digitalização do serviço**. O representante mencionou que a CNT possui interesse em realizar parcerias para compartilhamento de informações de cadastro no ambiente GOV.BR, assim como para compartilhamento de dados de saúde dos usuários para elaboração de políticas integradas de prevenção, entre outros.

William Guimarães Lima, Analista da Diretoria de Economia e Inovação da Confederação Nacional do Comércio (CNC), destacou a tendência tecnológica das empresas no ingresso da transformação digital e a necessidade da administração pública em acompanhar esses avanços. Desse modo, a inovação é uma mudança de processo que significa repensar processo e serviços para torná-los mais ágeis, eficientes e acessíveis. O Brasil possui alta complexidade tributária e, por esse motivo, precisa investir em infraestrutura tecnológica

e segurança da informação, simplificação de processos e integração de sistemas e participação da sociedade civil.

Fábio Marimon, Assessor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/Nacional), apontou que os avanços da digitalização precisam chegar na sociedade. Destacou, como maior gargalo para os pequenos negócios, a complexidade das obrigações acessórias, que geram custos maiores e insegurança jurídica às empresas. Sugeriu apoio ao PLP 178/2021, que institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias. Este PLP consta da Agenda Legislativa da Indústria de 2023.

Matheus Palucci de Campos, Gerente dos Departamentos de Desburocratização e Empreendedorismo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), apresentou que a entidade tem trabalhado com os governos na disponibilização de informações e na consolidação políticas públicas à modernização do Estado, como o lançamento da plataforma InovaGov. Na indústria paulista, há ações conjuntas da FIESP com o SIESP, SENAI, SEBRAE-SP, para atender micro, pequenas e médias indústrias com diferentes níveis de maturidade tecnológica à transformação digital. Nesse sentido, mencionou que é fundamental a modernização das indústrias e a apresentação da nova realidade tecnológica do crescimento econômico, da competitividade econômica e da reindustrialização do país. Afirmou que o Estado precisa integrar as relações privadas do cidadão por meio da concessão de serviços simplificados e digitais.

Julia Nicolau Butter, Gerente de Competitividade Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), apontou que é necessário um viés digital na reforma tributária sobre o consumo para a redução de tempo e custo com obrigações acessórias. A FIRJAN apoia inciativas que tragam redução da burocracia por meio da digitalização para maior transparência e previsibilidade. Demonstrou apoio ao PLP 164/2022, que regulamenta os critérios especiais de tributação para prevenção de desequilíbrios da concorrência. O PLP também consta da Agenda Legislativa da Indústria de 2023.

Apresentaram, também, Paulo Milliet Roque, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES); Leonardo Elias Moreno da Silva, Vice-Presidente da Câmara Brasileira de Economia Digital; e Andriei Gutierrez, Presidente do Conselho de Economia Digital e Inovação da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO/SP).



Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA: www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA